



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 17 DE JULHO DE 2024.

Aprova a solicitação ao Ministério da Saúde da incorporação de recurso financeiro para o teto financeiro federal de Média e Alta Complexidade (MAC) para custeio das carteiras de procedimentos da saúde auditiva, órteses, próteses e materiais especiais (OPM) em Otorrinolaringologia, para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado de Minas Gerais.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- o Memorando.SES/SUBRAS-SAE-DPE-CASPD-DR.nº 427/2024, de 24 de junho de 2024, da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência e Doenças Raras da Diretoria de Políticas Estratégicas/SUBRAS/SES-MG;
- o Estudo Técnico elaborado pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência e Doenças Raras, que apresenta detalhamento do requerimento;
- a necessidade da incorporação de recursos ao Teto MAC de Minas Gerais para garantir o custeio de procedimentos da linha do cuidado da saúde auditiva, incluindo, avaliação diagnóstica, exames, reabilitação e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) em Otorrinolaringologia para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado de Minas;
- que cabe à CIB-SUS/MG aprovar a alocação dos novos recursos, considerando a expectativa demonstrada pelo Estado de Minas Gerais em recompor o financiamento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado de Minas Gerais; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 309ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de julho de 2024.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a solicitação ao Ministério da Saúde a incorporação de recurso financeiro para o teto financeiro federal de Média e Alta Complexidade (MAC) para custeio das carteiras de procedimentos da saúde auditiva, órteses, próteses e materiais especiais (OPM) em Otorrinolaringologia, para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – A justificativa para a incorporação dos recursos de que trata o caput deste artigo, consta no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º - A incorporação de que trata esta Deliberação deverá ocorrer em caráter permanente, perfazendo o valor anual de R\$ 31.210.154,30 (trinta e um milhões, duzentos e dez mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), onerando o orçamento do Ministério da Saúde.

Parágrafo único – O recurso deverá ser incorporado ao Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na PPI/MG após publicação da Portaria Ministerial de alocação do recurso de que trata esta Deliberação.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 17 DE JULHO DE 2024
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib)

MINUTA CIB



ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 17 DE JULHO DE 2024.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA RECOMPOSIÇÃO DO TETO MAC DA SAÚDE
AUDITIVA NA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO SUS-MG**

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS-MG é organizada para o atendimento das pessoas com deficiências físicas/ostomias, visuais, auditivas e intelectuais, sendo devidamente pactuada na CIB-SUS-MG, por meio da Deliberação nº 1272/2012 e normativas complementares. A integralidade da assistência ofertada na linha do cuidado da saúde auditiva é promovida por ações articuladas nos diferentes níveis de atenção e pontos de atenção à saúde, com diretrizes pactuadas que fomentam e promovem ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, intervenção precoce e concessão e adaptação de tecnologias assistivas. Visando o cuidado no momento oportuno, além de desenvolver práticas intersetoriais, ações da saúde auditiva estão estabelecidas em diretrizes de programas federal e estadual, pactuados, monitorados e cofinanciados no SUS-MG, como por exemplo: **o Programa Saúde na Escola, Programa Miguilim e Programa de Triagem Auditiva Neonatal.**

Atualmente a RCPD-MG possui no componente especializado em reabilitação 26 serviços de reabilitação auditiva habilitados pelo Ministério da Saúde e 01 serviço de referência estadual credenciado pela Secretaria Estadual de Saúde, no município de Belo Horizonte, como pode ser observado no quadro a seguir.

Serviços de reabilitação auditiva habilitados/credenciados em Minas Gerais			
Município de Atendimento	Instituição habilitada pelo Ministério da Saúde	CNES	Código Habilitação
Alfenas	Hospital Universitário Alzira Velano	2171988	2210
Barbacena	APAE de Barbacena	2098733	2210
Belo Horizonte	Santa Casa de Belo Horizonte	27014	2205
Belo Horizonte	Centro Clínico de Fonoaudiologia da PUC Minas	6518745	2205
Belo Horizonte	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - EBSEH	27049	2205



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Belo Horizonte	Centro de Referência em Reabilitação Venda Nova	9134638	2210
Belo Horizonte	Centro de Referência em Reabilitação Noroeste	6919987	2210
Contagem	Centro Especializado em Reabilitação CER IV	9256628	2210
Diamantina	Centro Especializado em Reabilitação CER IV	7406444	2210
Formiga	OTOCENTER de Formiga	2194287	2205
Governador Valadares	OTOMED	3144984	2205
Janaúba	APAE Janaúba	2105004	2210
Juiz De Fora	Hospital Evandro Ribeiro	3005410	2205
Montes Claros	Clínica Médica Otorrino Fisio Center Ltda	6022995	2205
Nova Lima	Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima Faenol	2115913	2210
Pará De Minas	APAE de Pará De Minas	2132966	2210
Patos De Minas	APAE de Patos De Minas	2221322	2210
Ponte Nova	Hospital Arnaldo Gavazza Filho	2206382	2205
Pouso Alegre	Instituto Sul Mineiro de Otorrinolaringologia Pouso Alegre	3021912	2205
Santa Luzia	Otoclínica Santa Luzia	6539904	2205
Teófilo Otoni	AUDIOOTONI	3280349	2205
Três Corações	CER IV Jeferson Ximenes Filho	6410227	2210
Ubá	APAE de Ubá	2148579	2210
Três Pontas	APAE Três Pontas	2139480	2210
Uberaba	Clínicas Integradas Hospital Universitário Mario Palmerio	2195585	2205



Uberlândia	Hospital das Clínicas de Uberlândia	2146355	2205
------------	-------------------------------------	---------	------

No componente terciário, existem 05 Serviços de Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva (implante coclear e prótese ancorada no osso), habilitados nos municípios de Alfenas, Belo Horizonte, Governador Valadares e Juiz de Fora.

Além desses serviços, a RCPD-MG é organizada para que a oferta dos procedimentos de avaliação audiológica básica (avaliação preliminar para ter acesso aos serviços de média e alta complexidade) e reabilitação auditiva sejam ofertadas no âmbito da Microrregião e/ou municípios.

Serviços da atenção secundária e terciária são regulados pelas Juntas Reguladoras da RCPD, pactuadas por meio da Deliberação CIB-SUS-MG nº 2003 de 09 de dezembro de 2014, que organizam seus fluxos assistenciais considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.186, de 16 de maio de 2023, que aprova a Grade de Referência dos Serviços Especializados da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD/MG) por microrregião de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Minas Gerais.

O pleito de incorporação de recurso federal ao teto financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) para custeio de procedimentos da linha do cuidado da saúde auditiva, incluindo avaliação diagnóstica, exames, reabilitação e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) em Otorrinolaringologia para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado de Minas Gerais encontra-se embasado em 03 justificativas principais, que seguem:

1) Defasagem analisada dos valores programados na PPI-MG para o ano de 2024 em relação à demanda da população mineira que apresenta alterações ou perdas auditivas;

Análises realizadas pela área técnica da SES-MG e informações dos serviços e Juntas Reguladoras apontam que a defasagem dos valores da PPI-MG está relacionada a fatores como:

- Falta de reajuste da Tabela SUS;
- Aumento da detecção e intervenção precoce em razão da instituição de programas para primeira infância;
- Aumento da população idosa que passa a utilizar mais frequentemente o serviço em razão da presbiacusia;



- Dificuldade dos serviços contratualizarem os fornecedores seguindo as recomendações do Ministério da Saúde para concessão de Aparelhos de Amplificação Sonora Individualizado (AASI): 50% tipo A, 35% B e 15 % C;
- Necessidade de ajustar a carteira de procedimentos dos Centros de Reabilitação Auditiva na Alta Complexidade- código 2205, comparadas as dos Centros Especializados em Reabilitação (CER)- Modalidade Auditiva-código 2210, promovendo a execução dos procedimentos da linha do cuidado integral sem diferenciação da oferta assistencial posto que as duas tipologias de serviços possuem as mesmas atribuições relacionadas ao diagnóstico audiológico, adaptação de tecnologias assistivas e reabilitação, realizados por meio de equipe multiprofissional.

Em relação às OPMs, a PPI- MG tem programado atualmente na FOG 070103 o valor de R\$ 28.927.476,79 (vinte e oito milhões, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos) para AASI (meta física de 43.922) e na FOG 090570 o valor de R\$ 2.356.566,93 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos) para manutenção de OPM. As metas físicas aprovadas nos anos de 2022 (34.192) e 2023 (34.064) foram menores comparados às metas financeiras nesse período, que foi executada praticamente na sua totalidade, sugerindo maior adaptação dos AASI tipo B e C.

Essa informação associada à análise dos tipos de AASI fornecidos na RCPD-MG mostra a diminuição da adaptação da tecnologia tipo A, corroborando com informações dos serviços na dificuldade na contratualização com fornecedores frente aos valores não reajustados no SUS. Em relação ao total de AASI aprovados em 2022, 66,5% foram para novas adaptações e 34,5% para reposição. Em 2023 foram 70,8% para novas avaliações e 29,2% para reposições.

Todas as análises realizadas apontam crescente demanda pelos serviços de reabilitação auditiva, associada à necessidade de acompanhamentos e reposição das tecnologias assistivas, além dos impactos na integralidade da assistência ofertada no momento oportuno.

2) Demanda reprimida de usuários, conforme levantamento de informações junto aos serviços habilitados pelo Ministério da Saúde e Juntas Reguladoras da RCPD;

Em 2023, foi realizado um levantamento de dados nos serviços especializados em reabilitação auditiva de modalidade única e CER, com intuito de avaliar a estrutura física, de recursos humanos, organização dos fluxos assistenciais, modelo assistencial praticado, articulação com programas de identificação e intervenção precoces e demandas reprimidas. Entre os resultados revelados, a



demanda reprimida aproximada de 30.000 usuários, entre novas avaliações e acompanhamentos/reposição de AASI, apresentou-se extremamente elevada.

3) Ausência de incorporação de recurso financeiro para OPM em otorrinolaringologia, quando ocorre habilitação de novos Centros Especializados em Reabilitação (CER);

Desde a publicação da Portaria MS/GM nº 793/2012 a RCPD-MG vem sendo ampliada com as habilitações dos CER, sem que haja incorporação de recurso financeiro para ampliar a oferta de OPM, provocando a necessidade de reprogramação na PPI de recursos que já estão insuficientes para demanda da população com deficiência auditiva em Minas Gerais.

Nesse cenário, houve uma melhora na oferta dos procedimentos de diagnóstico e reabilitação, mesmo que ainda não atenda a necessidade da população. Contudo, a integralidade do cuidado ao usuário com deficiência auditiva é na maioria das vezes acompanhada da adaptação ou reposição das tecnologias assistivas. Assim, a ausência de incorporação de recursos financeiros para OPM tem provocado gargalos na oferta da assistência integral, que deve compreender avaliações, acompanhamentos, reavaliações, reabilitação e adaptação e reposição de tecnologias assistivas.

Nesse sentido, foram realizados estudos com objetivo de avaliar o modelo assistencial, a necessidade da população e financiamento que impacta na recomposição do teto MAC na área da reabilitação auditiva (componente especializado em reabilitação), visando melhorar o acesso da população à carteira de procedimentos integral da saúde auditiva, incluindo OPM, assim foi considerado:

- Necessidade da oferta de vagas para novas avaliações e acompanhamentos/reavaliações, tendo a estimativa de que 50% dos acompanhamentos geram demanda por reposição dos AASI;
- Equiparação da oferta da assistência em saúde auditiva nos Centros de Reabilitação Auditiva na Alta Complexidade, comparadas as dos Centros Especializados em Reabilitação (CER)- com revisão da atual carteira programada na PPI por meio da Deliberação CIB-SUS-MG nº 1222/2012;
- Demanda reprimida oficializada e dados epidemiológicos;
- Ajuste do custo médio do AASI na PPI-MG e ampliação de cotas, considerando os valores da tabela SUS. O valor incorporado permitirá uma ampliação de cotas de OPM na PPI de 43.992 atual para 65.883 AASI.

Diante do exposto, observou-se a necessidade da solicitação ao Ministério da Saúde a incorporação



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

de recurso financeiro no Teto MAC no **valor total de R\$ 31.210.154,30 (trinta e um milhões, duzentos e dez mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos)**. Desse montante, será destinado o valor de R\$ 10.858.396,89 (dez milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos) para as carteiras de procedimentos (avaliação, exames e reabilitação) dos Centros de Reabilitação Auditiva na Alta Complexidade e R\$ 20.351.757,53 (vinte milhões, trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos) para OPM em otorrinolaringologia que serão programados para todos os 26 serviços de reabilitação auditiva. O recurso financeiro deverá ser primeiramente alocado no Fundo Estadual de Saúde (FES) e depois será reprogramado por município de atendimento, por meio de pactuação na CIB-SUS/MG.

MINUTA CIB